

RENASCIMENTO URBANO E RENOVAÇÃO COMERCIAL

META

Estudar o renascimento urbano e a renovação comercial a partir de texto de Jacques Le Goff sobre a Civilização da Europa Medieval.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

analisar o renascimento urbano e a renovação comercial considerando o impulso inicial dado pelas Cruzadas às mudanças econômicas e sociais; divulgar texto de um dos mais importantes estudiosos do medievo na atualidade; relacionar comércio e urbanização às transformações que acabarão por provocar a crise do feudalismo.



As feiras medievais assinalavam o reaquecimento das atividades comerciais na Europa
(Fonte: <http://www.brasilecola.com>).

INTRODUÇÃO

Até tempos recentes os historiadores caracterizavam como renascimento urbano e comercial o movimento relacionado ao crescimento das cidades e do comércio que aconteceu na Baixa Idade Média. Na medida em que as informações hoje ao alcance dos estudiosos demonstram que o comércio continuou a ser praticado, que apenas teve seu volume ou sua dinâmica reduzida, não cabe mais se falar em renascimento comercial.

O caso das cidades é diferente. Depois de desempenharem o papel de centro político, administrativo, militar e econômico no Império Romano, elas ficaram sem sentido na época medieval: nem econômico, nem social, nem político, nem cultural. Como o mundo feudal foi essencialmente agrário, rural, as cidades ficaram reduzidas quase que exclusivamente a uma atrofiada função política e administrativa. Por isso, o emprego do termo Renascimento para designar o movimento urbano acontecido na Europa ao final da Idade Média.

Nessa aula faremos um exercício diferente. Vamos tomar como referência para o estudo da temática um texto de autor, no caso um historiador que é hoje uma referência nas pesquisas e interpretação da cultura e da mentalidade medieval, o francês Jacques Le Goff.



Porto de Veneza - Itália (Fonte: Grandes Personagens da História Universal. v. II. p. 347).

O RENASCIMENTO URBANO



Cidade medieval de Ávila (Fonte: <http://www.ramiromarques.com>).

Ao mesmo tempo em que Jerusalém monopolizava as imaginações ocidentais, outras cidades, mais reais e com melhor futuro na Terra, se desenvolviam no Ocidente.

Grande parte destas cidades já existia antes do ano mil, remontando à Antiguidade ou talvez antes. Mesmo em territórios barbarizados, cristianizados tardiamente, como os dos Escandinavos, Germânicos e Eslavos, as cidades medievais constituíam um prolongamento das aldeias primitivas: o *grad* eslavo, o *wik* nórdico. Raros foram os estabelecimentos urbanos surgidos *ex nihilo* (a partir do nada) na Idade Média. Entretanto, mesmo nos casos mais frequentes de continuidade, seria possível afirmar que as cidades medievais eram as mesmas que suas predecessoras?

No mundo romano as cidades eram centros político, administrativo, militar e, em segundo plano, econômico. Durante a Alta Idade Média, encarquilhadas num canto de suas antigas muralhas (que ficaram muito grandes), as cidades foram reduzidas quase que exclusivamente à função política e administrativa – ela própria atrofiada. As mais prósperas deviam sua relativa importância menos à presença de um soberano (em constante deslocamento e mais afeito à vida aldeã) ou de algum funcionário (os poucos que havia não tinham muitos seguidores fora dos “palácios” reais), do que a presença de um bispo. Religião até então urbana, o cristianismo preservou no Ocidente a continuidade urbana. E se a cidade episcopal conservou certa função econômica, isto se deveu à função, bem simples, desempenhada pelos celeiros dos bispos e dos mosteiros

(estabelecidos na cidade), nos quais estavam armazenados os víveres provenientes da área rural subjacente, e que eram distribuídos para a maioria do pequeno grupo de habitantes mais em troca de serviços do que de dinheiro e, em momentos de escassez, gratuitamente. O que muitas levou a crer, erroneamente, numa continuidade do fenômeno urbano no primeiro milênio da Idade Média foi que a cidade medieval se instalou ao lado do núcleo antigo. Ela veio a ser uma cidade subúrbio, *podgrozje* eslava, *portal* ocidental. Mesmo onde houve continuidade, as grandes cidades medievais sucederam em geral pequenas cidades da Antiguidade ou da Alta Idade Média. Veneza, Florença, Gênova, Pisa e mesmo Milão (mediocre até o século 4º, suplantada por Pavia entre os séculos 7º e 11), Paris, Bruges, Gand, Londres, sem falar de Hamburgo e Lubeck, foram criações medievais. Com exceção das cidades renanas (Colônia e Mainz) e sobretudo de Roma (que não era mais que um grande centro religioso, uma espécie de Santiago de Compostela com população permanente mais numerosa), ao longo da Idade Média as cidades mais importantes do Império Romano desapareceram ou ficaram em segundo plano.

Henri Pirenne mostrou de forma magnífica que a cidade medieval nasce e se desenvolve a partir de sua função econômica. Mas sem dúvida exagerou o papel desempenhado pelos mercadores, minimizou o papel dos artesões, deu grande relevo ao renascimento comercial em detrimento do desenvolvimento agrícola que lhe deu sustentação ao alimentar os centros urbanos com víveres e homens.

É preciso aceitar o fato de que o nascimento e o desenvolvimento das cidades medievais deve-se a um conjunto complexo de estímulos e, sobretudo, a diversos grupos sociais. “Novos ricos ou filhos de ricos?” Tal foi a pergunta feita, depois de Pirenne, num debate célebre coordenado por Lucien Febvre. Certamente as cidades atraíram *homines novi* (*Homens novos*, quer dizer novas categorias sociais), recém-chegados do campo, das *familiae* (conjunto de servos e dependentes dos mosteiros rurais) monásticas, livres de preconceitos, prontos a negociar e obter ganhos, mas com eles, misturados a eles ou dando-lhes ajuda – emprestando-lhes o dinheiro que só eles tinham no início –, estavam os membros das classes dominantes: a aristocracia fundiária e o clero tiveram um papel determinante. Uma categoria como a dos *ministeriales* (em sentido amplo, servo, doméstico, escravo), agentes senhoriais saídos quase sempre da escravidão e da servidão e elevando-se rapidamente às camadas superiores da hierarquia feudal, certamente teve parte significativa no renascimento urbano. As regiões fortemente urbanizadas do Ocidente medieval – se deixarmos de lado aquelas onde a tradição greco-romana, bizantina e muçulmana havia deixado bases mais sólidas (Itália, Provença, Languedoc, Espanha) – são sem dúvida aquelas tocadas por grandes

rotas comerciais (Norte da Itália, onde terminam as vias alpestres e as rotas mediterrânicas; Norte da Alemanha e Flandres, onde chega o comércio do Leste; Nordeste da França, onde sobretudo nos séculos 12 e 13 mercadores e produtos do Norte e do Sul podiam ser encontrados nas feiras de Champanhe). Mas estas regiões são também de ricas planícies, onde se pode observar os progressos obtidos pelo afolhamento trienal, o uso mais difundido da charrua e do cavalo como animal de tração. É difícil ainda determinar o que é causa e o que é consequência na íntima relação entre cidade e campo durante a Idade Média. Para nascer, as cidades tiveram necessidade de um meio rural favorável, mas, na medida em que se desenvolveram, exerceram uma força de atração cada vez maior na área rural circunvizinha – cuja dimensão aumentava de acordo com suas exigências. Grupo de consumidores, que não participava senão marginalmente da produção agrícola (na verdade não existiram campos no interior da cidade medieval, e sim jardins e vinhedos que tiveram certo papel na alimentação dos cidadãos), a população urbana tinha necessidade de ser abastecida. Ao seu redor estendem-se os arroteamentos e a produção cresce, de modo que, de suas áreas rurais vizinhas, ela retira não somente víveres mas também os homens. A emigração do campo para as cidades ocorrida entre os séculos 10º e 14 foi um dos fenômenos maiores da Cristandade. Dos diversos elementos humanos por ela recebidos, a cidade criou uma sociedade nova. Sem dúvida esta sociedade pertence também ao mundo feudal, que se costuma imaginar como um ambiente quase que exclusivamente rural. A adjacência rural sobre a qual ela impõe seu poder de tipo feudal, o *ban* (No vocabulário feudal, conjunto de poderes – judiciais, econômicos –, inclusive de coerção, reservado aos senhores, de onde as obrigações impostas aos dependentes derivadas do exercício do *ban*, conhecidas como “banalidades.” Os senhorios coletivos detinham poder banal. As cidades, por exemplo, exerciam esse poder na circunvizinhança rural), acompanha a evolução do senhorio rumo ao que ficou conhecido como *senhorio banal* – este também fundado no exercício crescente do *ban*. Ela é tocada pela influência dos senhores feudais que, por vezes – como na Itália –, têm aí uma residência. Seus notáveis imitam o gênero de vida nobre, mandam construir casas de pedra e erguer torres, que embora sirvam como pontos de defesa e como locais de armazenamento de víveres, são também e antes de tudo símbolos de prestígio. Sem dúvida a sociedade urbana é minoritária num mundo que permanece ainda rural. Porém, pouco a pouco conseguirá substituir as diretrizes vindas do campo por impulsos próprios. A Igreja não se enganou neste aspecto. No século 12 ainda é a voz dos monges, de um Pedro o Venerável de Cluny, sobretudo de um São Bernardo de Cister, que mostra o caminho à Cristandade. Ainda é São Bernardo que vai pregar a cruzada em Vezelay, cidade híbrida e

cidade nova em torno de seu mosteiro, e tenta inutilmente arrastar o grupo de estudantes de Paris das seduções urbanas para reconduzi-los ao deserto, à escola do claustro. No século 13 os líderes espirituais – dominicanos e franciscanos – se instalam nas cidades e, das cátedras de suas igrejas e universidades, governam as almas.

Este papel de guia, de fermento e de motor assumido daí em diante pela cidade afirma-se primeiramente no âmbito econômico. Mas, mesmo que, no princípio, a cidade tenha sido um lugar de trocas, um centro comercial, um mercado, sua função essencial neste domínio, ligava-se à atividade produtiva. Ela era um canteiro e, o que é mais importante, sobre este canteiro se instaurou uma divisão do trabalho. No campo, durante a Alta Idade Média, a propriedade rural, mesmo que comportasse certa especialização técnica artesanal, concentrava todas as funções da produção. Uma etapa intermediária encontra-se talvez nos países eslavos – notadamente na Polônia e na Boêmia – onde se vê entre os s - notadamente patodas as funçtasse certa especializaçum mercado, sua funçestudantes de Paris das seduç)em dcomo an séculos 10º e 13 os grandes proprietários distribuírem em suas aldeias particulares diversos especialistas: palafreiros, ferreiros, ceramistas, carpinteiros. [...] Mas com as cidades esta especialização foi levada ao extremo. O artesanato deixou de ser antes um camponês, e o “burguês” de ser antes um proprietário.

Convém, entretanto, não exagerar o dinamismo nem a autonomia dos novos ofícios. Por muitos entraves econômicos (as matérias-primas vinham em grande parte de seus domínios) e institucionais (os direitos feudais dos senhores, principalmente as taxas, afetavam a produção e as trocas, malgrado as franquias obtidas pelas cidades), os “feudais” controlavam a atividade econômica. As corporações nas quais os novos ofícios encontravam-se enquadrados, como bem as definiu Gunnar Mickwitz, são antes de tudo “cartéis” que eliminam a concorrência e fream a produção. A especialização exagerada (basta abrir o *Livre des Métiers* de Etienne de Boileau, que regulamentava as corporações parisienses entre 1260 e 1270, ao fim do reinado de São Luís, para se espantar com o número de ofícios do ferro: vinte e dois num total de cento e trinta) é senão a causa, pelo menos um sinal de fraqueza da nova economia, que se limita a satisfazer as necessidades locais. Raras são as cidades que produzem para a exportação. Apenas os têxteis, ao Noroeste da Europa, sobretudo em Flandres, e ao Norte da Itália atingem, pela produção de tecidos de luxo e semi luxuosos (panos finos, sedas), dimensões quase industriais e estimulam produções anexas, como a de plantas tintoriais denominada *guède* ou pastel que, a partir do século 13, assume lugar de destaque. Resta a construção, cujo caso é especial.

A RENOVAÇÃO COMERCIAL



Entre os séculos XII e XIV, eram periódicas as realizações de grandes feiras comerciais na Europa, geralmente na encruzilhada das grandes vias de comunicação. Para que os negócios ocorressem em ordem, os mercadores e banqueiros estabeleceram regras que, com o tempo, tornaram-se costumeiras: os mercadores agrupavam-se de acordo com a natureza de sua atividade e, para simplificar a conversão das várias moedas, usavam letras de câmbio. No século XIV, os mercadores deixaram de viajar de uma feira a outra e fixaram-se, por conta própria, em alguma grande cidade. Gênova, Florença, Augsburg, Bruges tornaram-se centros de um comércio intenso e permanente.

Feira Medieval (Fonte: ARRUDA, José Jobson. História integrada. v. II. p. 53).

Mas as cidades desempenham também o papel de centros de troca. Durante muito tempo apenas os produtos de luxo (tecidos, pastel, especiarias) ou de primeira necessidade (sal) alimentaram o comércio. As mercadorias pesadas (grãos, madeira) só lentamente passaram a fazer parte deste comércio. Algumas praças bastavam para assegurar a venda destes produtos e as práticas mercantis rudimentares que as acompanham – em particular o câmbio de moedas. Nos séculos 12 e 13 as feiras de Champanhe constituíam o principal centro comercial. Portos e cidades da Itália e do Norte da Alemanha então emergiam. Os italianos, fossem Venezianos, Genoveses, Pisanos, Amalfitanos, Astienses, Milaneses, Sieneses, e algum tempo depois os Florentinos, agiam mais ou menos isoladamente, no âmbito de suas respectivas cidades, assim como os moradores de Amiens e de Arras. Mas no norte, a Hansa, uma vasta confederação comercial, adquiriu rapidamente poder político, dominando as trocas num longo raio de ação. No fim do século 13 ela estendia suas atividades de Flandres e

da Inglaterra até o Norte da Rússia.

Na mesma época, as relações entre os dois grupos que dominavam o grande comércio, Hanseáticos ao norte e italianos ao sul, sofreram uma alteração. Em vez de se encontrar pelas vias terrestres que levavam às feiras de Champanhe, longas, custosas, sempre ameaçadas, eles estabeleceram uma ligação direta e regular por mar.. Frotas mercantes passaram a ligar Gênova e Veneza a Londres e Bruges e, dali, ao espaço báltico e seus territórios vizinhos. O modesto comércio medieval, limitado às vias fluviais na Alta Idade Média, ao se desenvolver pelas vias terrestres no decurso dos séculos 10º e 14, ao se aventurar pelos mares, de Alexandria à Riga pelas rotas do Mediterrâneo, do Atlântico, do Canal da Mancha, do Mar do Norte e do Báltico, preparava a expansão comercial da Europa moderna. Apoiado nas cidades, este grande comércio nascente beneficiava dois outros fenômenos de primeira grandeza.

Pelo estabelecimento de filiais distantes, ele completava a expansão da Cristandade medieval. No Mediterrâneo, a expansão genovesa e veneziana chegou mesmo a ultrapassar o quadro de uma colonização comercial. Os Venezianos obtiveram privilégios mais e mais exorbitantes dos imperadores de Constantinopla (em 992 e em 1082) e, após a IV Cruzada de 1204, fundaram um verdadeiro império colonial às margens do Adriático, em Creta, nas ilhas jônicas e egéias, que ainda nos séculos 14 e 15 englobava Corfu e Chipre. Os Genoveses transformaram seus estabelecimentos na costa da Ásia Menor e do norte do Mar Negro em pontos sólidos de escoamento de mercadorias e homens (escravos domésticos de ambos os sexos). Ao norte, a Hansa estabeleceu seus mercados em território cristão, em Bruges, Londres, Bergen, Estocolmo (fundada em 1251), mas também mais ao leste, em território pagão (Riga, em 1201) ou ortodoxo (Novgorod). À colonização comercial seguiu-se a colonização urbana e rural alemã que, ora pacífica e ora belicosa, adquiriu privilégios não apenas econômicos, estabelecendo aí uma verdadeira superioridade étnica. A própria colonização por via comercial também habituou os ocidentais a um colonialismo que lhes valeriam os êxitos e os dissabores conhecidos.

O grande comércio também desempenhou um papel capital na expansão da economia monetária. Centros de consumo e de troca, as cidades precisaram recorrer cada vez mais ao uso da moeda para regular suas transações. No século 13 veio a ocorrer uma etapa decisiva. Para atender as novas necessidades, Florença, Gênova, Veneza, os soberanos espanhóis, franceses, alemães, ingleses, tiveram que cunhar moedas, em primeiro lugar de prata com valor elevado, e depois de ouro [...].

Ao introduzir-se nas áreas rurais, modificando a renda feudal, o progresso da economia monetária passa a ser em elemento decisivo da transformação do Ocidente medieval. (LE GOFF, Jacques. A CIVILIZAÇÃO DO OCIDENTE MEDIEVAL. p. 68-74).

A LIGA HANSEÁTICA

“Era uma associação de cidades do Sacro Império, que se constituiu visando a manutenção dos privilégios comerciais de seus mercadores e o monopólio da navegação nos mares Báltico e do Norte. Sua origem está nas primitivas associações de mercadores, e principalmente nas ligas urbanas que se formaram no Império desde a segunda metade do século XIII. Essas ligas – como as das cidades do Reno, formada em 1254, e a que agrupava Lubeck, Kiel, Rostoc e Hamburgo, de 1280 – tornaram-se associações mais fortes e amplas, que passaram a atuar no início do século XIV. Em 1356 a Liga Hanseática foi formalmente organizada, agrupando cerca de 150 cidades de várias áreas do Sacro Império.

Sob a liderança de Lubeck, as cidades da liga adotaram uma política externa comum, caracterizada pela intransigente defesa de seus privilégios.

Entre a segunda metade do século XIV e o final do século XV, a Hansa manteve a exclusividade do tráfego marítimo pelos mares Báltico e do Norte. Comercializava peles, mel, cera, cereais, madeiras, âmbar, minérios, peixe salgado, cobre, ferro, vinho, sal, lã, tecidos, etc.

Típica organização medieval, a Hansa não pode sobreviver muito tempo à formação dos Estados nacionais europeus, nem à abertura das rotas transoceânicas do Atlântico, fruto das grandes navegações ibéricas”. (ARRUDA; PILETTI, 1999, p. 129).

CONCLUSÃO

Pela análise de Jacques Le Goff a respeito do renascimento urbano e da renovação comercial ficamos sabendo que “o nascimento e o desenvolvimento das cidades medievais deve-se a um conjunto complexo de estímulos e, sobretudo, a diversos grupos sociais” e que elas tiveram papel importante na renovação comercial que, a partir do século XII, ajudou a transformar o Ocidente medieval.



RESUMO

Nos séculos seguintes às invasões bárbaras que provocaram a crise e o desaparecimento do Império Romano do Ocidente, suas mais importantes cidades “desapareceram ou ficaram em segundo plano”. Antes centro político, administrativo, militar e econômico, as cidades sobreviventes “foram reduzidas quase que exclusivamente à função política e administrativa – ela própria atrofiada”.

Segundo Lê Goff, o “nascimento e o desenvolvimento das cidades medievais deve-se a um conjunto complexo de estímulos e, sobretudo, a diversos grupos sociais”. O movimento de emigração ocorrido entre os séculos 10º e 14, levou para as cidades novas categorias sociais oriundas da servidão, mas também membros da classe dominante: da aristocracia fundiária e do clero.

Para o autor o fenômeno da urbanização foi fortemente influenciado pelas rotas comerciais que passaram a unir ligar diferentes pontos da Europa, e pelo incremento da produção agrícola. Afirmar que a sociedade urbana, embora minoritária, pouco a pouco vai conseguindo “substituir as diretrizes vindas do campo por impulsos próprios.” É o caso da especialização, da divisão do trabalho, das corporações de ofício, por exemplo.

Por sua vez, na análise da renovação comercial, o autor menciona o tipo de comércio que continuou a ser praticado na Alta Idade Média: o de produtos de luxo e os de primeira necessidade e o papel das feiras, especialmente as de Champanhe.

Destaca a importância comercial de cidades portuárias da Itália e do Norte da Alemanha, onde se formou uma confederação comercial – a Hansa -, e a ligação comercial por mar que uniu o norte e o sul da Europa. E, por fim, a ocorrência de dois fenômenos que o grande comércio produziu: completou a expansão da Cristandade medieval e ajudou a ser responsável pela expansão da economia monetária.



ATIVIDADES

1. Responda à questão formulada pelo autor sobre as cidades medievais serem uma continuação das que existiam no Império Romano.
2. Explique como entendeu a relação que se formou entre a zona rural e as novas cidades que surgiam.
3. Fale sobre a ligação entre as cidades e a atividade comercial.
4. Dê sua opinião sobre a importância das rotas comerciais.



PRÓXIMA AULA

O assunto da próxima aula são as transformações ocorridas no feudalismo e que acabaram provocando sua crise.

REFERÊNCIA

ARRUDA; PILETTI. **Toda a História**. História Geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 1999.

HODGETT, Geral A. J. **História social e econômica da Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

———. **As cidades na Idade Média**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1973. (Coleção Saber).